



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 1210

PROCESSO SMA

Nº 13.548/2006

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/440/2007 e na Deliberação CONSEMA 45/2007, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS / REPLAN

CNPJ: 33.000.167/0643-47

LOGRADOURO: RODOVIA SP-322, KM132

BAIRRO: JARDIM PLANALTO

MUNICÍPIO: PAULÍNIA

CEP: 13140-000

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: MODERNIZAÇÃO DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN

LOGRADOURO: RODOVIA SP-322, KM 132

MUNICÍPIO(S): PAULÍNIA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: O Projeto de Modernização da REPLAN prevê:

- Instalação das Unidades de Hidrodessulfurização de Nafta Craqueada (U-1280 e U-2280) 8.800 m<sup>3</sup>/dia, Hidrotratamento de Nafta de Coque (U-3283) 6.600 m<sup>3</sup>/dia, Reforma Catalítica (U-1230) 3.000 m<sup>3</sup>/dia, Hidrotratamento Diesel / Querosene de Aviação (U-4283, U-5283 e U-6283) 22.000 m<sup>3</sup>/dia, Coqueamento Retardado (U-3980) 6.000 m<sup>3</sup>/dia e Recuperação de Enxofre (U-5910) 106 t/dia.
- Normalização das cargas das unidades de Destilação Atmosférica (U-200A) e de Destilação à Vácuo (U-210A) de 30.000 m<sup>3</sup>/dia para 33.000 m<sup>3</sup>/dia.
- Implantação e modernização de Sistemas Auxiliares.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data: 21 / 02 / 07

FRANCISCO GRAZIANO NETO - Secretário de Estado



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**ANEXO**

Fls 01/03

PROCESSO SMA

Nº 13.548/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1210

Para a continuidade do licenciamento ambiental a ser realizado junto a Agência Ambiental da CETESB, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências:

1. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação

1.1 Apresentar o Programa de Comunicação Social detalhando no mínimo: as diferentes ações, estratégias e instrumentos a serem utilizados; o público alvo; os aspectos que serão objeto de divulgação; os meios de comunicação a serem utilizados; os diferentes mecanismos de avaliação de desempenho do Programa; os responsáveis pela implementação e o cronograma de atividades.

1.2 Apresentar Plano de Contratação e Mobilização de Mão de Obra detalhando no mínimo: mão-de-obra necessária (quantidade e qualificação: cargos, salários, benefícios, qualificação mínima exigida para provimento de cada um deles); forma de recrutamento dos trabalhadores; local de alojamento desses trabalhadores.

1.3 Apresentar, nos termos dos artigos 5º e 10º da Resolução CONAMA 237/97 e de acordo com as normas vigentes do município de Paulínia, a Manifestação do Órgão Ambiental Municipal e a Certidão de Uso e Ocupação do Solo atualizadas, conforme determina a Resolução SMA 26/05.

1.4 Apresentar um Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras que trate dos vários programas ambientais propostos no EIA e solicitados neste Parecer. Tal Plano deverá contemplar para cada um dos Programas Ambientais, no mínimo: objetivos e metas; indicadores ambientais; metodologia; formas de treinamento e acompanhamento; formas de registros; formas de monitoramento e controle; prazos e recursos necessários; e responsáveis.

1.5 Apresentar Autorização do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN para a supressão de árvores isoladas, conforme Parecer Técnico Florestal – PTF nº 016/07, de 10/4/07, da Equipe Técnica de Campinas.

1.6 Apresentar os acordos estabelecidos entre a PETROBRÁS e a Prefeitura Municipal de Cosmópolis, com relação o apoio da empresa à municipalidade para construção da Estação de Tratamento de Esgotos nesse município.

1.7 Apresentar um Plano de Desmobilização da Mão-de-Obra.

1.8 Apresentar o detalhamento do Programa de Tráfego da Obra, indicando as medidas preventivas e de controle a serem adotadas; os responsáveis pela implantação do Programa, suas atribuições gerenciais e o cronograma de implementação. Este Programa deverá fazer parte do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras.

1.9 Apresentar a manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN sobre os resultados do Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas que deverá ser desenvolvido nas áreas da Unidade Hidrotratamento de Diesel e Querosene de Aviação (U-6283) e da Unidade de Coqueamento Retardado (U-3980).

1.10 Apresentar um Programa de Investigação e Remediação dos passivos ambientais das áreas objeto do Projeto de Modernização da REPLAN de acordo com o indicado no Despacho CETESB 062/07/ES. Deverá ser atendida a instrução que “a implantação do empreendimento não deve interferir no prosseguimento dos estudos de investigação e remediação dos passivos ambientais encontrados”.

1.11 Comprovar o atendimento as exigências do Parecer 025/07/ET/ETQI/ETQR da Divisão de Tecnologia de Qualidade do Ar da CETESB para essa fase do licenciamento, ou seja:

1.11.1 Definir o tanque de diesel em que será instalado o teto flutuante.

1.11.2 Apresentar detalhadamente as medidas a serem aplicadas para a redução das emissões de HC no conjunto de tanques de óleo combustível.

1.11.3 Corrigir e adequar a Tabela A2 da complementação com os dados constantes do estudo de estimativas de emissões de HC do pátio de tancagem.

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**ANEXO**

Fls 02/03

PROCESSO SMA

Nº 13.548/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1210

1.11.4 Apresentar as estimativas de emissão de Material Particulado das pilhas de coque na situação atual e futura.

1.11.5 Apresentar um plano de redução das emissões de NOx e HC.

1.12 Apresentar manifestação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – CBH-PCJ sobre o atendimento ao Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº03/06, para essa fase de licenciamento.

1.13 Comprovar o atendimento às exigências descritas no Despacho nº016/07/EEEL da CETESB para essa fase do licenciamento.

1.14 Comprovar a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, junto a SMA/CPRN, e apresentar o comprovante do depósito bancário em Caderneta de Poupança do valor referente à compensação ambiental definido no TCCA, para atendimento ao artigo 36 da Lei Federal nº. 9.985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340/02.

**2. Durante a Fase de Implantação do Empreendimento**

2.1 Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento da implementação do Programa de Comunicação Social.

2.2 Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras.

2.3 Comprovar, por meio de relatórios quadrimestrais, o tratamento e disposição adequada dos resíduos sólidos, conforme indicado no Parecer, 060/06/ESRI/ESRD, dos Setores de Resíduos Sólidos Industriais e Resíduos Urbanos e de Serviços de Saúde da CETESB.

2.4 Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Plano de Gerenciamento Ambiental Obras, com as atividades desenvolvidas no âmbito dos Programas de Capacitação Profissional.

2.5 Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Tráfego da Obra, como parte do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras.

**3. Por ocasião da solicitação de Licença Ambiental de Operação**

3.1 Apresentar relatório de conclusão do Programa de Comunicação Social da fase de implantação do empreendimento.

3.2 Apresentar relatório conclusivo do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras.

3.3 Apresentar no relatório final do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras um balanço final dos Programas de Capacitação Profissional e a implementação do Plano de Desmobilização da Mão-de-Obra.

3.4 Apresentar relatório conclusivo do Programa de Tráfego das Obras, como parte do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras.

3.5 Comprovar o atendimento as exigências do Parecer 025/07/ET/ETQI/ETQR da Divisão de Tecnologia de Qualidade do Ar da CETESB para essa fase do licenciamento, ou seja:

3.5.1 Adequar o Forno F624102 aos padrões de emissão estabelecidos na Resolução CONAMA 382, de 2/1/07.

3.5.2 Adquirir e instalar, de acordo com a especificação da CETESB, uma estação de monitoramento automático de qualidade do ar, no município de Campinas, para os seguintes parâmetros: MP10, O3, NOx, e meteorológicos. Esta estação deverá ser operada pela CETESB, portanto os equipamentos deverão ser compatíveis com a atual rede telemétrica. Isto em decorrência do empreendimento ser fonte de emissão de precursores de ozônio, poluente que pode se manifestar em locais distantes das fontes de emissão.

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**ANEXO**

Fls 03/03

PROCESSO SMA

Nº 13.548/2006

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1210

3.5.3 Adquirir e disponibilizar um monitor automático de NOx e um monitor automático de compostos orgânicos voláteis, com respectiva infra-estrutura, para complementar a estação de monitoramento de qualidade da CETESB, localizada no município de Paulínia.

3.6 Apresentar manifestação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – CBH-PCJ sobre o atendimento ao Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº03/06, para essa fase de licenciamento.

3.7 Apresentar Outorga de Direito de Uso de Recurso Hídrico (conforme Resolução Conjunta SMA/SERHS 1/05) para a captação d'água no rio Jaguari.

3.8 Comprovar o atendimento às exigências descritas no Despacho nº016/07/EEEL da CETESB para essa fase do licenciamento.

3.9 Comprovar o atendimento às instruções do Despacho 060/06/ESRI/ESRD da CETESB, relativas ao tratamento e disposição dos resíduos sólidos gerados na REPLAN.

3.10 Apresentar um Programa de Tráfego para a fase de operação do empreendimento, aprovado pela Prefeitura Municipal de Paulínia e pelas concessionárias responsáveis pela operação das rodovias afetadas.

3.11 Comprovar o atendimento às exigências do Parecer Técnico 215/06/EIPR, ou seja: Incluir as alterações no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e no Plano de Ação de Emergência – PAE incorporando os resultados do Estudo de Análise de Riscos – EAR. Além disso, o PGR deverá também:

3.11.1 integrar as novas unidades ao Sistema de Supervisão e Controle da REPLAN.

3.11.2 implantar as recomendações listadas na Análise Preliminar de Perigos – APP.

3.12 Apresentar relatório contábil com o montante despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de eventuais ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

**4. Durante a Fase de Operação do Empreendimento**

4.1 Comprovar o atendimento às exigências do Parecer 025/07/ET/ETQI/ETQR da Divisão de Tecnologia de Qualidade do Ar da CETESB para essa fase do licenciamento, ou seja:

4.1.1 Comprovar as emissões atmosféricas estimadas no EIA, com amostragens em chaminés tendo acompanhamento da CETESB, sendo que o HCT deverá ser analisado como metano, e não como metano expresso como propano. Realizar também, amostragem em todas as fontes, independente da similaridade entre elas.

4.1.2 Implantar um programa de inventário, controle e manutenção das emissões atmosféricas fugitivas (bombas, flanges, e outros).

4.1.3 Implementar o plano de redução das emissões de NOx e HC.

4.2 Apresentar para avaliação da CETESB o monitoramento de ruído nas áreas residenciais mais próximas a refinaria após a implantação de todos os equipamentos do Projeto de Modernização da REPLAN.

4.3 Apresentar garantias que a emissão de ruído de cada equipamento atenderá o disposto na Resolução CONAMA 01/90 e na NBR 10.151/00.

4.4 Comprovar o atendimento às instruções do Despacho 060/06/ESRI/ESRD da CETESB, relativas ao tratamento e disposição dos resíduos sólidos gerados na REPLAN.

4.5 Apresentar relatórios anuais de acompanhamento de todos os Programas Ambientais que integram o Plano de Gestão da REPLAN.

**5. Por ocasião da solicitação da Renovação da Licença Ambiental de Operação**

5.1 Apresentar para análise um Estudo de Análise de Riscos da refinaria completa, considerando-se todas as unidades de processamento e as áreas de armazenamento dos diversos produtos. XXXXXXXXXXXXXXXX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem